

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.754 - RS (2019/0128590-3)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : SONIA CRISTINA BOROWSKY
ADVOGADOS : DAISSON FLACH - RS036768
REGIS ELENO FONTANA - RS027389
PAULA SIMÕES LOPES BRUHN - RS078260
RICARDO ZENERE FERREIRA E OUTRO(S) - RS087039
AGRAVADO : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS E
OUTRO(S) - DF011694
GEORGE DE LUCCA TRAVERSO E OUTRO(S) - RS016578
LEANDRO PITREZ CASADO - RS053911
JULIA RANGEL SANTOS SARKIS - DF029241
FRANCIELE DA SILVA SAGAS - RS105427
AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : DANIEL BARBOSA LIMA FARIA CORREA DE SOUZA E
OUTRO(S) - RS065085
DAMIAO ALVES DE AZEVEDO - DF022069

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno, interposto por SONIA CRISTINA BOROWSKY contra decisão monocrática de fls. 1.130-1.132 e-STJ, da lavra deste signatário, que, de ofício, *reconheceu a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a presente ação, tornando prejudicada a análise das questões contidas no recurso especial.*

Pois bem. SONIA CRISTINA BOROWSKI - interpôs recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 967 e-STJ):

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. FUNCEF E CEF. APOSENTADORIA. COMPLEMENTAR. BASE DE CÁLCULO. CTVA. RESERVA MATEMÁTICA. PREVISÃO CONTRATUAL. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ATUARIAL.

A parte autora, ao aderir voluntariamente ao Novo Plano, de natureza facultativa, renunciou expressamente aos direitos previstos no regramento a que estava submetido e deu quitação plena de eventuais diferenças. Assim sendo, restou caracterizada a transação extrajudicial de direitos patrimoniais de caráter privado, na forma dos arts. 840 e 841 do Código Civil. Estando regularmente formalizada e inexistindo qualquer vício de consentimento, somente se poderia desfazer mediante comprovação de dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa, nos termos do art. 849, caput, do Código Civil. Precedente da 2ª Seção.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (fls. 1.008-1.025 e-STJ).

Nas razões de recurso especial (fls. 1.033-1.049 e-STJ), a parte insurgente apontou violação aos arts. 489, § 1º, inc. VI, 502, 503, 1.022, inc. II, do Código de

Processo Civil de 2015; e 6º da Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro, sob os seguintes argumentos, em suma: a) a existência de omissão e negativa de prestação jurisdicional no tocante à matéria suscitada nas razões dos embargos de declaração; e b) a existência de declaração judicial, na justiça trabalhista, com trânsito em julgado, acerca do direito à integração do CTVA ao salário de contribuição para a entidade previdenciária.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.056-1.090 e-STJ, o apelo nobre foi admitido na origem.

Em juízo monocrático (fls. 1.130-1.132 e-STJ), este signatário, de ofício, reconheceu a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a presente ação, tornando sem efeito as decisões proferidas pelas instâncias ordinárias da Justiça Federal, determinando a remessa dos autos à Justiça Trabalhista e julgando prejudicado o exame do recurso especial.

Opostos embargos de declaração contra o referido *decisum*, esses foram rejeitados por decisão monocrática deste relator (fls. 1.216-1.217 e-STJ).

Daí o presente agravo interno (fls. 1.230-1.237 e-STJ), no qual a agravante insurge-se contra o reconhecimento da competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar a causa. Sustenta, em suma, que "*no caso vertente a questão relativa à natureza da verba denominada CTVA, bem como o reconhecimento do direito da autora à consideração da verba para fins de complementação de aposentadoria já resta decidida pela Justiça do Trabalho com força de coisa julgada*".

Impugnação às fls. 1.265-1.272 e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

1. Efetivamente, conforme afirmado pela parte ora agravante, depreende-se dos autos (fls. 406-461 e-STJ) a existência de decisão na justiça trabalhista reconhecendo a natureza salarial da verba CTVA, razão pela qual se mostra despicienda a remessa à justiça especializada, uma vez que já apreciada a questão de sua competência.

Assim, reconsidera-se a decisão de fls. 1.130-1.132 e-STJ, assim como aquelas que apreciaram os respectivos aclaratórios (fls. 1.214-1.219 e-STJ), tornando-as sem efeitos.

Passa-se a nova análise do reclamo.

2. Cinge-se a discussão no apelo nobre de fls. 1.033-1.049 (e-STJ) à possibilidade de revisão de benefício previdenciário complementar em decorrência de sentença trabalhista que incorporou verbas remuneratórias ao salário do trabalhador.

A Segunda Seção desta Corte afetou a questão à sistemática de recursos repetitivos, cadastrado como **Tema 1021**, assim delimitada a controvérsia:

Definir a possibilidade de inclusão no cálculo da complementação de aposentadoria, paga por entidade fechada de previdência privada, de verbas remuneratórias incorporadas ao salário do trabalhador por decisão da Justiça do Trabalho, após a concessão do benefício, sem a prévia formação da correspondente reserva matemática.

Ademais, foi determinada a suspensão da tramitação de processos em todo território nacional, nos termos do artigo 1037, inciso II, do CPC/2015.

Dessa forma, impõe-se a devolução dos autos ao eg. Tribunal de Origem para que seja observada a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, conforme determinação prevista no art. 256-L do Regimento Interno desta Corte Superior, que assim dispõe:

Superior Tribunal de Justiça

Art. 256-L. Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito:

I - se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator;

II - se ainda não distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem por decisão fundamentada do Presidente do STJ.

Por fim, registre-se que, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, o ato judicial que determina o sobrestamento e o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que seja exercido o competente juízo de retratação/conformação (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015) não possui carga decisória, **por isso se trata de provimento irrecurável**.

Nesse sentido: AgInt no REsp 1140843/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, **PRIMEIRA TURMA**, julgado em 23/10/2018, DJe 30/10/2018, AgInt nos EDcl nos EREsp 1.126.385/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, **PRIMEIRA SEÇÃO**, DJe 20/09/2017; AgInt no REsp 1663877/SE, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, **TERCEIRA TURMA**, julgado em 22/08/2017, DJe 04/09/2017; AgInt no REsp 1661811/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, **QUARTA TURMA**, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018.

3. Ante o exposto, **reconsidera-se** a deliberação de fls. 1.130-1.132 e-STJ, integrada pelas decisões de fls. 1.214-1.219 e-STJ, tornando-as sem efeito. Em nova análise, **determina-se a restituição** dos autos à origem, devendo ser realizada a devida baixa nesta Corte Superior, até o julgamento definitivo da matéria submetida à sistemática dos recursos repetitivos (**Tema 1021**) e eventual retratação prevista nos arts. 1.040, inc. II, e 1.041, ambos do CPC/15.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator